

Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: o estado da arte

Augusto Nascimento

Introdução

Ao abordarmos as ciências sociais em S. Tomé e Príncipe, logo surge a seguinte interrogação: faz sentido falar de ciências sociais de um só país? À primeira vista, uma tal questão não só parece desfasada da realidade social e do labor científico actual, como comporta o risco de levar a reproduzir, num certo sentido, uma perniciosa concentração dos autores são-tomenses na sua própria condição. Porém, a questão é pertinente porquanto, anos a fio, um dos traços da rala produção científica, bem como do discurso político vigente, consistiu na escusa ao reconhecimento da interacção com o exterior na produção científica local e no devir do país. Ora, tal atitude, juntamente com a arquitectura política que a induzia, constituiu um freio ao avanço do saber social.

Em todo o caso, nem por isso é menor a dificuldade em caracterizar a heteróclita produção são-tomense de saber social – considerada no seu sentido mais lato, isto é, composta de livros de intuítos políticos mais ou menos declarados, de relatórios para instituições e, ainda, de dissertações académicas –, não por ela não se assumir como tal, mas pela dispersão e diferente trajectória dos são-tomenses que escrevem e são lidos nessa qualidade. Mesmo não tendo de tomar toda essa produção como são-tomense, a verdade é que ela pode ser considerada como tal, porquanto resulta de ligações várias à

terra e porque pretende ser ancorada no arquipélago com que se mantém uma relação voluntariosa em vista até da trajectória do país.

Decerto fará sentido falar de ciências sociais num país marcado por apertados constrangimentos, entre eles, e não menos importante, a falta de uma elite com visões estruturadas sobre o desenvolvimento do país, incluindo o requisito da renovação dessa mesma elite pela promoção da mobilidade social. As lealdades políticas – clientelares e familiares – são, especialmente na função de empecer a mobilidade e a mudança, mais operativas do que genericamente se admite e não se atêm apenas a uma filiação ideológica supostamente varrida com a liberdade de expressão trazida pela transição do regime de partido único para o multipartidarismo. Afora isso, na produção científica parece remanescer uma espécie de vínculo primordial a núcleos ideológicos que, afinal, se ateriam menos à coloração política do que a uma certa cosmovisão tributária, por exemplo, do peso da clivagem racial até há décadas atrás.

Vista a multiplicidade de desafios que se deparam aos são-tomenses, é impossível não nos perguntarmos acerca do lugar e do papel do saber social num meio como o do arquipélago em profunda mutação. Por exemplo, que pode o saber social contra uma avaliação da sociedade baseada noutros registos, porventura mais afectados e menos compreensivos e globais mas nem por isso menos persuasivos?

Propomo-nos, nesta comunicação, fazer um breve historial das condições políticas e sociais da produção de saber social de autoria de cidadãos de S. Tomé e Príncipe, sublinhando algumas das suas perspectivas e estrangulamentos. Tentaremos, igualmente, escrutinar as razões sociais e políticas da escassa produção local e, mais importante, do eco reduzido, senão quase nulo, de tal produção na vida colectiva no arquipélago.

Condicionalismos políticos e sociais

S. Tomé e Príncipe é um país exíguo, periférico, pobre e, em variados aspectos, com um percurso ao arrepio das expectativas criadas pelo fim do colonialismo. O país enfrenta a globalização com um ponto de partida muito adverso. Ainda assim, recentemente ostentava um índice de desenvolvimento humano que superava as expectativas inferidas da performance económica, mas um tal aspecto menos negativo não basta para os desafios futuros.

No tocante à produção de conhecimento, num passado menos próximo, os constrangimentos advieram, ao menos parcialmente, do efeito desertificador da economia de plantações sobre o meio social insular. Remontando a inícios de Novecentos, a expatriação tornou-se o destino de uma elite que, em perda social face aos roceiros e destroçada pelo endurecimento da política colonial, nalguns casos se acabava por alhear da sorte da terra natal. Mais recentemente, a prematura morte de Francisco Tenreiro, educado na metrópole, não ajudou a inverter esta situação. Continuaram a faltar intelectuais que pensassem aturada e criticamente a sua terra.

À configuração política colonial somavam-se os efeitos da exiguidade e da insularidade que, além de forçarem à expatriação, evitavam a fixação de quadros, mormente de europeus. Aliás, o nível dos colonos era, por regra, baixo, isto é, ajustado à condução do trabalho agrícola ou, nos últimos anos, à pressentida necessidade de renovação de métodos e procedimentos nas roças, o que, ainda assim, não bastava para consolidar uma elite pensante sobre os destinos da terra. Assim, no arquipélago prevaleceu a ausência de discussão política e de produção de saber.

Já nos derradeiros anos da era colonial, decerto houve lugar a cogitações sobre o futuro do arquipélago – reconheceu-se, por exemplo, a necessidade de preparação de quadros locais –, mas essas ponderações ocorreram em círculos restritos e no âmbito do estreito quadro ideológico e político colonial. A outro nível, em tempo de procurada distensão política, ao mesmo que se acarinhavam as manifestações de cariz folclórico, publicou-se uma recolha de cariz etnográfico, caso do *Povo Flogá*. Tal não foi suficiente para reverter décadas de marasmo cultural.

Este rasto de condicionalismos inibiu a criação de um debate intelectual, inibição potencializada pelas escolhas ideológicas e políticas do pós independência, entre cujos arautos se contavam poucos vultos de reconhecida craveira intelectual. Perdurou a ausência de produção científica e, designadamente, a comparação com outros processos políticos. Tal deu azo ao arraigamento da ideia de uma especificidade são-tomense que, por natural e imediata, nunca careceu de ser comprovada. Cite-se igualmente o horror ao debate de ideias, em boa verdade uma atitude tributária de uma cultura portuguesa pautada pelo temor reverencial face aos superiores hierárquicos.

Em S. Tomé e Príncipe, ao invés de se esbaterem, estas atitudes acentuaram-se drasticamente após a independência. Antecipemo-lo, mesmo com a liberalização política e o advento da liberdade de expressão, tal constrangimento não foi

completamente removido porquanto persiste nas instâncias políticas uma visão administrativa dos intelectuais, olhados e tratados como meros funcionários.

Após a independência, firmou-se a tradição de ausência de discussão de ideias. A produção intelectual e científica rendeu-se à política e viu-se estrangulada pelo partido único, vocacionado para tutelar todas as áreas de actividade humana, mormente as de vertente ideológica. Na prática, quando não conseguia controlar, induziu ao seu estiolamento.

Mais recentemente, a produção científica não se livra da tutela da política por razões que se prendem, em primeiro lugar, com as características da prática e discurso políticos. De acordo com uma tradição de primazia indisputada, os políticos não respeitam o saber independente e desvalorizam-no. Aliás, não resistem a sugerir agendas de investigação fundamental e a considerar as suas orientações como explicações a serem usadas e corroboradas pelos intelectuais.

Mas, a incapacidade de se subtrair à tutela dos políticos também se prende com o ambiente intelectual e com as condições de produção do saber. Persiste uma moldura cultural e social pouco propícia à valorização do discurso científico. Depois de anos de ausência e de desvalorização face à politização das várias vertentes da vida social, o discurso científico não se afigurou de imediato consistente, mormente através da apresentação de alternativas. Esclareça-se também se que, se apresentadas, eventuais alternativas tendem a ser avaliadas, não tanto pelo valor seu interpretativo, quanto pela pressuposta intenção dos autores de se alcandorarem à política.

A despeito do peso da interacção pessoal, em S. Tomé e Príncipe o conhecimento não parece ser credencial bastante para o reconhecimento político e social, procurado sobretudo na política. Tal como a elite política, com que se querem confundir (e a que almejam pertencer, anuindo, por isso, a uma dependência orgânica do poder, que possivelmente tenderão a reproduzir se a ele acederem), os intelectuais são-tomenses compõem um grupo – mais propriamente uma soma de indivíduos ainda escassamente diferenciados, sem interacção em vista da ausência de ambiente institucional, sem possibilidades de formação contínua, em trânsito para a política e, de momento, para as oportunidades do petróleo –, reduzido e apartado do grosso da maioria da população iletrada e marginalizada.

Para a ausência de massa crítica contribuíram outras razões como a falta de profundidade do debate político e social e a passagem efémera dos políticos pela

produção académica fora do país. Serão raríssimos os intelectuais a produzir de forma continuada.

Ultimamente, esta problemática mereceu comentários em S. Tomé que, embora atidos, sobretudo, ao impacto cultural, equacionavam o peso negativo da ausência de uma sede local de produção de saber científico, por exemplo de uma universidade. Concretamente, abordou-se a relação entre ausência de ensino superior e a fragilidade ou dependência do sistema de reprodução de identidades, impossibilitado de se estruturar de forma a garantir a sua sobrevivência. Embora se trate de um ponto discutível, pretexta-se que a falta de ensino superior anda de par com a alienação intelectual, concretizada, por exemplo, na adopção de perspectivas plagiadas à margem do conhecimento de realidades idiossincráticas. Apesar da pertinência da interrogação acerca da aplicação competente e profícua de saber produzido no exterior, queda por saber se não estamos perante mais uma recidiva da centração são-tomense, quando, justamente, as demandas deveriam respeitar à emancipação dos criadores pela elaboração de um discurso qualificado, ou seja, comparável a qualquer outro produzido numa outra qualquer paragem.

O débil avanço do pensamento crítico prende-se, ainda, com a inércia do pensamento anti-colonial, entre cujas funções se contou a de mascarar os fracos resultados das instituições e dos detentores do poder no pós independência. No condicionalismo intelectual inerente à adopção, quase imperativa, da matriz anti-colonial ressoaram ainda os condicionalismos políticos sobre a população na esteira da “luta” do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe. A outro nível, é ainda o rasto do ideário colonial que permite a autores são-tomenses escolher os conceitos à luz da qual analisam o processo histórico são-tomense, naturalmente em termos favoráveis às opções políticas tomadas no passado e de que eles também foram autores.

Para além do branqueamento do passado recente, por via do rasto do pensamento anti-colonial afunilou-se durante anos o espectro das temáticas e das propostas de análise. A insistência, embora cada vez menor, nas parangonas do anti-colonialismo ilude quanto às tarefas que se colocam à colectividade são-tomense num mundo actual. Em todo o caso, assinale-se, desde já, o surgimento de teses académicas que cumprem já outros objectivos, encarando, por exemplo, a perspectiva e as premissas do desenvolvimento

A produção de saber social depara-se com a falta de dados. No tocante a elementos para o estudo da actualidade, arredados os empecilhos de inspiração securitária que, após a independência, se abateram até sobre a mais insignificante informação, vão surgindo dados que colmatam parcialmente lacunas de anos. A questão que suscitam diz respeito à sua fiabilidade, seja devido ao rigor dos procedimentos de recolha, seja, porventura, em razão de alguma distorção ou enviesado procedimento censório na sua elaboração. Impõe-se alguma cautela na utilização de tais dados, vista a volatilidade social e as condições, amiúde precárias, da respectiva obtenção. Num certo sentido, importa um exame crítico das fontes visto que, desde as respostas a inquéritos económicos e sociais até à narração de trajectórias pessoais, na cedência de dados e de informações pesa, até em vista da disseminação de uma cultura clientelar e de patronato, uma aguda equação das possíveis (e imediatas) vantagens ou desvantagens do teor de cada resposta. Justamente, em vista de uma cultura a um tempo reverencial e clientelar, pesquisas conduzidas de forma independente ou com cobertura institucional decerto suscitarão atitudes diversas por parte dos possíveis informantes. Por fim, também a interacção pessoal se pode revelar determinante na aquiescência, assim como no sentido e nas modalidades de cedência de informação.

Após um aparente imobilismo, consonante com o monolitismo do regime de partido único, a sociedade são-tomense tem conhecido profundas mudanças, podendo tornar-se irreconhecível num futuro não muito distante. Tal processo questiona a prestação dos produtores de saber social.

Na verdade, depois de anos de controlo do acesso à informação do exterior, parte significativa dessas mudanças ocorre no plano do acesso à informação e à subsequente multiplicidade de discursos sobre a realidade social. Por exemplo, o aparecimento da televisão tornar-se-ia mais decisivo do ponto de vista das mudanças comportamentais e sociais do que a sofrível instrução escolar. Além disso, para as recentes mas profundas mutações no quotidiano (também induzidas pelo avassalador crescimento do sector informal), a televisão contribuiu mais decisivamente do que enunciações de teor político e científico, as quais serviram sobretudo, para não dizer apenas, para a racionalização da perplexidade gerada pela incapacidade de respostas cabais ao crescendo de problemas sociais.

Em todo o caso, por razões históricas e culturais, os diplomas académicos ainda são muito prezados. Amiúde, um grau académico corresponde a um compasso de espera que serve, pelo afastamento e pelo reposicionamento face às facções litigantes pelo poder, para diluir na memória o erro de algum cálculo político. Nesse sentido, a produção científica poderá consubstanciar um esforço de resposta política aos que detêm o poder no arquipélago. Em última análise, a produção de saber não deixa de ser um reduto de afirmação social ou de reivindicação enviesada, mas nem por isso menos qualificada, de uma posição social.

Seja como for, vão sendo produzidas dissertações académicas em universidades estrangeiras que, apesar da escassa audiência, renovam os métodos de trabalho e contribuem para formar sensibilidades com que o poder político tem ou terá de lidar. Se essa produção de saber virá algum dia a reconfigurar as relações entre os são-tomenses do arquipélago – denotando, dessa forma, uma alteração significativa do estatuto do saber académico nas ilhas – e a diáspora é uma outra questão.

1. O vínculo da política pós independência

Para sopesar a produção de saber social nos anos imediatamente após a independência, temos de ter presente que o valor explicativo de certas asserções era aceite em razão da conjuntura política. Tal significa, por exemplo, que o seu valor explicativo era irrelevante quanto cotejado com a função ideológica que haveria de cumprir. Por exemplo, a menção ao atraso colonial poderia ser pertinente – passível até de comprovação empírica – à data da independência, mas a verdade é que tal menção, erigida em sentença política, transportava no bojo a tendência para a sua réplica como forma de escamotear não apenas as dificuldades vindouras mas eventuais contraditas. Tal equivalia à afirmação subliminar da pouca ou nenhuma apetência do poder para a abertura para as ciências sociais. Afora isso, certas interpretações lineares enraizaram-se e ainda enformam os esquemas de análise que pretendem ostentar alguma profundidade temporal. Assim, se é certo que, com o tempo, a valia daquele argumento enquanto cobertura das políticas prosseguidas após a independência, se corroe, não deixa, por isso, de ser recorrentemente usado nas explicações da trajectória do país. Alguma linearidade causal, mormente quando, embora implicitamente, remete para a clivagem racial continua a permear as interpretações do devir social em S. Tomé e Príncipe.

À altura da independência, o aparato intelectual era pobre. Ainda que não o fosse, arriscaríamos dizer que o voluntarismo dos ungidos impeliria à subalternização de todas as visões que não corroborassem, não tanto as mudanças económicas e sociais profundas, quanto, por exemplo, a substituição das lideranças a todos os níveis, a paulatina centralização do poder e, em última instância, a unicidade de perspectivas políticas e outras. Já há anos se reconheceu que, para o conjunto dos países lusófonos, o regime de partido único criou um ambiente “bastante obscurantista” e desfavorável à investigação científica. O monolitismo foi avesso à proliferação de questões não enquadráveis nas soluções da cartilha política. O voluntarismo reflectiu e acobertou uma baixa preparação dos agentes políticos e sociais. Numa clara homologia relativamente ao curso da política e da economia, no domínio do saber verificou-se uma escusa ao cotejo e à competitividade.

À independência sucedeu a imediata denúncia política, mais do que desmontagem intelectual, do saber colonial. Ora, a este saber colonial, ideologizado e instrumental, sucedeu-se um outro igualmente redutor e vincadamente ideologizado. Há rastros difíceis de apagar e, no tocante à produção científica de são-tomenses, só recentemente se tornou mais frequente o aparecimento de dissertações onde é patente um certo distanciamento relativamente ao ideário anti-colonial, significativamente mais evidente nas abordagens não históricas.

A independência não rompeu o marasmo (que o tempo relativizaria) do tempo colonial. Na verdade, as bem intencionadas ideias de recolhas de tradições e memórias ter-se-ão quedado por algumas entrevistas, que não tiveram nem continuidade nem a mínima consequência no discurso científico. No quadro da verdade de um povo, foi publicado um opúsculo, não assinado, que resumia a história de S. Tomé e Príncipe.

Mesmo quando admitamos que nem todos teriam uma visão dúplice – a de desdenhar em privado o que proclamavam em público ou, para maior precisão, a de calar em público a incomodidade interior quanto à bondade das opções políticas – relativamente ao discurso (ideologizado) produzido sobre o passado, a verdade é que as pequenas descobertas relativas ao posicionamento de classe dos líderes independentistas deviam desanimar intentos de pesquisa social que forçosamente desmentiriam a coincidência entre posições independentistas e a justiça social que supostamente se perseguia.

Durante anos, inspiradas pela subordinação da subjectividade à verdade oficial, várias restrições impenderam sobre a produção de saber: omitia-se a autoria dos textos, acenava-se com a “visão correcta” e achava-se justificado o escrutínio do labor de quem escrevia acerca da história de S. Tomé e Príncipe. Não se chegaram a verificar problemas políticos ou policiais por causa da elaboração de investigações, porque, na esteira da procurada unicidade de perspectivas, ocorreu o estiolamento de qualquer investigação. Afinal, a prática censória, primeiro, e persecutória, depois, ter-se-á verificado logo nas cúpulas do MLSTP, quando da dissonância de perspectivas face à chefia. Replicadas a vários níveis do aparelho estatal, aquelas práticas serviam para desincentivar qualquer projecto de investigação a que nenhum outro factor animava. Já nos anos 80, o MLSTP encomendou ou aceitou encomendar a produção de uma história a historiadores soviéticos que ninguém viu.

À área do saber passou a ser atribuído um papel performativo e ideológico. Em correlação com a faceta demiúrgica das evocações culturais, dispensou-se o escrutínio meticuloso do passado e a reflexão sobre o devir social noutros termos que não os que antecipavam as conclusões da visão do MLSTP.

Começando por este aspecto, a ruptura de 1975, fundadora do país, a perspectiva de criação de um Homem Novo e da harmonia social e, ainda, a imaginação de um futuro ridente dispensaram a necessidade de escrutinar o passado, os procedimentos do poder e os comportamentos sociais. Era como se a história dos homens, a exemplo da do país, tivesse começado agora ali. Ainda não era tempo de constatar os falhanços e a perda económica e de perguntar os porquês de tal fracasso, ainda não soara a hora de perceber que o Homem Novo não lograva levar de vencida a irreduzível (e esquiva) natureza dos são-tomenses da rua e, menos ainda, era chegado o momento de associar um tal inquérito a qualquer necessidade de mudança política.

A contenção da pesquisa histórica deveu-se também ao facto do escrutínio do passado recente poder revelar uma evolução da sociedade colonial quiçá contrastante com a progressiva erosão da situação social e as promessas de amanhã ridentes do pós independência. O escrutínio do passado recente podia igualmente revelar o desfaseamento da elite expatriada relativamente à sociedade colonial nos seus derradeiros anos. Provavelmente, essa elite guardava da sociedade de que se exilara uma imagem mitificada, nalguma medida adequada à vitimização subjacente ao ideário anti-colonial e à sua promoção política.

Ruptura de monta, a independência serviu para aparentar uma absoluta novidade de pensamento político são-tomense. Na verdade, a novidade consistia no triunfo da visão marxista num pequeno território e na assunção do poder pelos novos nacionalistas contra os antigos ilustres. Aparte a vénia a elementos das famílias ilustres da terra, as figuras nativistas, pan-africanistas e independentistas de gerações passadas foram durante anos remetidas para a penumbra. Além disso, quedam por estudar as filiações ideológicas, políticas e filosóficas do nacionalismo em anteriores correntes de pensamento que, de resto, também tiveram expressão fugaz. Falta igualmente uma análise da vida dessas figuras que em épocas passadas emprestaram os seus talentos e saber às ideias autonomistas e pan-africanistas.

Para o partido único, as menções históricas convenientes eram as referentes a tempos remotos, quando a imaginada violência de recorte racial tivera pronta resposta nas revoltas de escravos. Já quanto ao passado recente, e à exceção da ritual e estilizada menção ao massacre de 1953, o escrutínio histórico não era incentivado.

De igual modo, a investigação de outras disciplinas sociais, inexistentes, podia corroborar aquilo que na época não se podia deixar de qualificar de ideologia colonialista. O saber das ciências sociais permaneceu no limbo. Por exemplo, a antropologia terá parecido uma disciplina menor. O estudo do que havia a mudar – por exemplo, a devoção religiosa assaz relapsa às transformações delineadas pelo voluntarismo das autoridades – terá parecido despiendo face ao empenho a canalizar para lograr uma base material de vida para todos, uma tarefa de monta dadas as alegadas conspirações e as adversidades de uma estrutura económica herdada do colonialismo.

Na verdade – e falamos de considerações implícitas, aplicáveis às várias ciências sociais que não a história, aparentemente mais manipulável, isto é, para cuja manipulação já havia alguma capacitação –, a antropologia devia ser intuída como um saber negligenciável, fosse devido ao adiantado estado civilizacional que, havia muito, distinguia os são-tomenses dos universos sociais a que se aplicara a antropologia, fosse em vista da intuída incomodidade dos resultados de uma investigação reveladora da subsistência de traços culturais que, de alguma maneira, questionassem essa diferença. A subsistirem, como é que tais “atavismos” – reconhecidos à boca pequena através de alusões à dependência de curandeiros ou, pelo menos, ao receio do “feitiço” – se coadunavam com a adopção do marxismo como guia de orientação política e social?

2. A liberalização política: o primado do performace política

Entre as críticas de rua ao regime monopartidário contava-se a que se atinha à baixa qualificação académica do pessoal político, que encontrava nesse estatuto o refúgio para a sua impreparação. Essas críticas, de certo modo também corporizando uma reivindicação de indivíduos academicamente qualificados mas sem oportunidade e espaço social para a sua afirmação social, pareceriam trazer no bojo a promessa de desenvolvimento da actividade intelectual e científica durante anos subalternizada pela hegemonia de um discurso redutor. Porém, tal não sucedeu. Como explicar a contínua desvalorização do discurso científico e do saber social?

Ao invés da imaginada independência do pensamento crítico por força da liberalização política, os intelectuais continuaram menorizados, desde logo por quedarem estritamente dependentes de superiores hierárquicos por demais propensos a confundir regras institucionais com arbítrio pessoal. As eventuais agendas próprias de investigação e o labor de alguns deles foram (e são) proteladas em razão da demanda de mil desempenhos de índole cultural ou técnica, na verdade, de fins mais ou menos políticos.

Neste momento, mais do que o peso dos constrangimentos de um passado recente, são os condicionalismos da política clientelar e a configuração económica que, continuando, por um lado, a blindar tomada de decisões política das (poucas) críticas de intelectuais e, por outro, a dificultar a criação de um tecido de pensadores independentes, laboram no sentido de obstar à emergência de uma massa crítica e ao aprofundamento do saber nas ilhas, designadamente no que à política diz respeito.

A hegemonia do discurso jornalístico ou do *rádio boca a boca* a respeito da política do dia a dia tem um efeito desertificador sobre as abordagens que, embora não podendo ignorar as implicações políticas e sociais, têm por horizonte um tempo mais dilatado. Aspecto positivo, um maior pragmatismo ajudou, por exemplo, à remoção da liturgia ancorada na história e, por consequência, a firmar a percepção da necessidade de pesquisas e da sedimentação do saber social para despistar abordagens cegas ou enviesadas dos problemas sociais, determinadas por perspectivas estritamente ideológicas (logo, na maioria dos casos nem como tal declaradas).

Com a liberalização não se abandonou a abordagem panfletária, embora de coloração e recortes diversos relativamente à unicidade da era do partido único, da

evolução política. Mas, em consonância com a constatação do avultar dos problemas sociais, manifesta-se a necessidade de saber social, mormente para previsivelmente antecipar e atalhar os problemas sociais e políticos de monta.

Ora, no tocante às condições locais, a produção de conhecimento local e a investigação não têm suporte institucional nem outro. Por exemplo, uma política de formação avançada parece não existir. Tal como há anos, o que se observa é a procura individual de valorização académica no exterior, não raras vezes nos interstícios de tirocínios políticos ou na sequência da assunção de cargos governativos. A ambivalência deste percurso permite, por exemplo, ser-se teórico e crítico na Europa e, quando novamente no fragor da luta política em S. Tomé, ser-se permeável a laivos de cariz racista para invectivar adversários políticos. Os percursos sincopados, a falta de congruência entre a postura política e as “posições” intelectuais, a ideia da graduação académica como mal menor para o falhanço político constituem algumas das razões do contínuo descrédito dos estudantes, alguns deles apodados de “eternos estudantes”.

Seja como for, e pesem embora os preconceitos em torno da desqualificação dos expatriados, a verdade é que, recentemente, várias dissertações académicas vieram romper com o marasmo de décadas após a independência. Nos vários domínios do saber social, são-tomenses procuram a realização de trabalhos, alguns deles dirigidos a problemas sociais claramente delimitados ou relacionados com experiências políticas passadas. Ainda assim, e numa espécie de ciclo vicioso, a limitação desse rompimento atém-se ao seu nulo impacto local.

Enquanto isso, São Tomé e Príncipe vem sendo objecto de produção científica de estrangeiros.

Notas conclusivas

Em S. Tomé e Príncipe florescem os artistas plásticos e os músicos. No tocante às letras, alguns são-tomenses descobrem-se novelistas e poetas. Diferentemente, a produção de saber é ainda um parente pobre porque, não se lhe reconhece implicações políticas visíveis nem dividendos.

Na verdade, talvez o aspecto mais confrangedor da produção de saber seja o do seu nulo impacto, desde logo pela ausência de uma massa crítica capaz de produzir um discurso a que os políticos tenham de prestar atenção

Afora isso, é preciso dizer que, ao passo que a arte, a propósito da qual se produzem a posteriori lucubrações que a equiparam a forma de resistência e a expressão identitária, pode viver da exaltação de proclamados particularismos e traços culturais supostamente específicos e, desse modo, se simular única e irrepetível, a produção científica tem de se abrir, de pôr a par do aparato produzido exteriormente para se qualificar e lograr elevados padrões internacionais.

ao mesmo tempo que se encetam passos na investigação sobre o social, o discurso e a prática e o discurso políticos ensaiam uma deriva ideológica com vista a mais uma esquiva ao escrutínio por actores sociais, que não os próprios políticos. Com efeito, assiste-se à rendição do pensamento político e social face a outras formas de consciência, mormente a religiosa, como via de conquista de adesão política.

É neste contexto adverso que, em S. Tomé e Príncipe, o discurso científico procura, queremos crer, o seu espaço e a maturidade capaz de lhe conferir pertinência social.